

## INTRODUÇÃO

Reflexões epistemológicas sobre o objecto da História da Educação lançaram o historiador para novos campos de investigação, encaminhando-o para tratamentos inéditos que se complexificavam e transdisciplinavam.

Na esteira de Fernandes (1996: 7), trabalhos pioneiros de 1960 - os ensaios e os estudos sobre a reflexão pedagógica de vários autores portugueses - integrar-se-iam «num conjunto mais amplo», numa «promissora direcção de pesquisa sobre um território e um período histórico» tantas vezes «menosprezados».<sup>1</sup> Estes trabalhos «ultrapassavam (...) os limites então prevalentes na erudição historicista». Para o «caso português», o historiador que se limite à interpretação – ou até à reinterpretação – dos materiais já conhecidos corre o risco sério de «reconstrução unilateral ou apriorística» (*ibidem*).

Refere, ainda, que ninguém pode ficar «insensível às interpretações procedentes do largo movimento de renovação metodológica que, desde os anos 50, atravessa a história social e as demais ciências sociais, entre as quais a história das mentalidades» (*ibidem*).

Segundo Chartier (1988: 14), «o retorno a uma das inspirações fundadoras dos primeiros *Annales* dos anos 30» e o «estudo das utensilagens mentais» que se inclinavam para a perspectiva social foi relegada em certa medida para um plano secundário.

Assim surgiram grandes dimensões para a História das Mentalidades: a cultura popular, o apelo à longa duração, divisões sociais em renovação audaciosa e o tratamento serial de novas fontes, como registos de preços, paroquiais, portuários e actos notariais. Estas formas de entender e fazer História conferem uma nova legitimidade científica, que tem como suporte outras aquisições intelectuais, fortalecendo dessa forma o seu domínio institucional (*ibidem*).

Segundo Magalhães (2001: 81) a História da Alfabetização, tal como a História da Educação, «não acontece no vazio, nem no abstracto», porque tendo-se em conta o estudo da diacronia, para «o comportamento do letrado e as práticas de escrita das sociedades humanas», constrói-se um *continuum* com grande significado heurístico. «A

fonte histórica, escrita, imagética, museológica, oral, é reconstruída a partir da problemática que norteia o processo de investigação» (*ibidem*: 91-92).

Assim, os Arquivos Municipais, Distritais e Centrais permitem «o estabelecimento de relações (séries) de assinantes», sendo favoráveis a uma metodologia que permite ao historiador reconstituir a Paróquia. Acede-se, desta forma, aos «registos de vida», à «estrutura demográfica das comunidades humanas». Uma maior «plasticidade metodológica que torna possíveis os complementos de informação, a construção da estrutura demográfica e da estrutura social». Nos planos «sincrónico e diacrónico», cruzam-se informações que proporcionam ao investigador um «referente hermenêutico na construção do sentido histórico» (*ibidem*: 93).

Por fontes municipais, poderemos ter em conta os *Censos* e *Recenseamentos* diversos, as *Matrículas dos Jurados*, os *Recenseamentos Eleitorais*, processos de aforamento, tomadas de posse, registo de privilégios, aclamações diversas, procurações, abaixo-assinados e toda a documentação pertinente para o objecto de estudo do investigador, no caso, as assinaturas na História da Alfabetização (*ibidem*: 96).

Segundo este autor, «os desafios lançados pela economia e pela sociologia» conduzem o investigador, «no plano metodológico, à abordagem quantitativa, por recurso ao tratamento estatístico e serial», que o guiam à «aproximação» da «funcionalidade da alfabetização». No que concerne ao «conhecimento histórico das sociedades e dos modelos de desenvolvimento, nos quadros nacional e comparado, a história da alfabetização constituía um elemento fundamental ao completar as explicações desenvolvimentistas do historicismo». Assim, «às variáveis geográfica, demográfica, económica, tecnológica, política, associava-se um reforço da variável cultural a partir de uma segmentação social do acesso à cultura escrita» (*ibidem*: 97).

Decorrente da afirmação que a História da Educação tem em conta as dinâmicas sócio-históricas contextualizadas, desenvolvemos o nosso trabalho, seguindo novas linhas metodológicas, partindo de um material empírico diversificado que nos conduziu à (re)construção da escolarização elementar no século XIX, no Município de Mafra.

Os processos de escolarização levaram-nos ao tempo mais longo, à longa duração, quando intentámos (re)construir a escolaridade.

Situados num marco histórico, a Reforma Pombalina dos Estudos Menores, convocamos a dimensão geográfica, que nos permitiu detectar três momentos: o nascimento do Concelho - o Foral Manuelino de 1513 (a antiga Vila medieval e sua Colegiada), o “Monumento Histórico de Mafra” (o Real Convento, 1717), e, finalmente,

a Reforma Jurídico-administrativa de 1855, que o configura como actualmente se encontra. Ainda neste importante momento histórico (1855) acontece a instauração da Escola Real de Mafra, por D. Pedro V. Nesta perspectiva detectámos um Concelho com uma dinâmica espacial interessante que adquire contornos pertinentes com a recriação Liberal que o transforma num Município animado pelo Movimento Regenerador burguês.

Reflectindo sobre um Município não estático, a aproximação ao Ensino Elementar local requer uma complexificação que cruza a História da Alfabetização, Social, Administrativa, Geográfica, Política e Económica e, parafraseando Justino de Magalhães, diríamos que não existem processos de escolarização «no vazio» nem «no abstracto», tentando-se, então, perceber, sobretudo, as dinâmicas e mutações, que conduzem tantas vezes a situações de ruptura na história da vida social.

Assim, interpelámos fontes históricas diversificadas,<sup>2</sup> cujo *corpus* documental central se encerra no Arquivo Histórico Local, considerando dois marcos: a Reforma de 1844 de Costa Cabral, e a de António Rodrigues Sampaio de 1878, implementada em 1881, pelo seu mentor.

Num primeiro momento, interessa-nos a variável *macro*, e a particular tradução espacial, através do estudo geográfico, do conjunto de Reformas, que se sucedem desde Pombal, 1772, a 1896 com o Governo de João Franco. Tivemos, contudo, presentes os modos de recomposição socio-económica ocorridos no Município e os compromissos simbólicos preconizados pelos agentes sociais.

Num segundo momento, tivemos em atenção a variável *meso*, que privilegia os tempos de Alfabetização e a Escolarização, compreendendo as formas e os modos de apropriação, bem como as representações sociais que se geraram a propósito destas realidades.

Num terceiro momento, olhámos a variável *micro*, que decomposemos em três dimensões: a dimensão material que passa pela organização do espaço escolar, utensílios e mobília; a dimensão pedagógica, em que se atende ao modo de transmissão dos saberes e a sua recepção assente no manual escolar, práticas e recepção da mensagem especificamente pedagógica. Por último, a dimensão social em que se indagam as resultantes da escolarização.

Ensaiam-se, nesta óptica, **estudos de caso** para as Freguesias de Mafra, Encarnação, Ericeira e Santo Estêvão das Galés, considerando suas diferenças: o âmbito geográfico; distanciamento / proximidade do núcleo central da Vila urbana de Mafra, ao nível

interno a extensão territorial e marcas orográficas. O ambiente social (de ruralidade ou de urbanidade) aponta para um Concelho essencialmente rural, que não se afastava do Portugal geográfico/ económico do século XIX. Sublinhando os efeitos da corte e do poder régio absoluto, das ordens religiosas e dos Colégios «militar» e da “Nova Nobreza” (Real Colégio de Mafra) e, ainda, da instituição militar que, na vila de Mafra, se sediaram até aos nossos dias.

Entre a História da Alfabetização e a da Escolarização, interrogámo-nos acerca do nível de instrução das populações locais, recorrendo aos *Censos* de 1900, que contêm dados precisos acerca da vida sócio-cultural do Concelho. Com este recurso, tentámos entender o desenvolvimento da escolarização, abordando o professorado, os métodos ou modos de ensino e, sobretudo, os níveis de apropriação escolar. As famílias conduziram-nos à composição social e ao índice de alfabetização e de adesão ao ensino.

Militando a favor da percepção destas dinâmicas, considerámos quatro Freguesias com realidades distintas no plano geográfico e no plano social.

De forma não arbitrária, seleccionaram-se a **Freguesia de Mafra**, que encerra o núcleo central do Concelho - a sede do Município - patenteando especificidades sócio-administrativas, localiza-se no âmago do Concelho. É a freguesia com a maior extensão geográfica, que assume uma plasticidade social entre o núcleo urbano da Vila de Santo André de Mafra e as localidades dispersas, rurais que se estendem em redor.

A da Fanga da Fé (vulgo **Encarnação**) assume uma posição de termo a Norte, com grande extensão geográfica e características essencialmente rurais (numerosos fazendeiros e trabalhadores agrícolas), emergindo famílias de grandes proprietários que influem o seu ambiente sócio-cultural.

Esta paróquia, no final do século XIX, apresentava um quadro de alfabetizados não superior a 250 indivíduos. Mantinha uma identidade muito particular no que concerne ao ensino das meninas e, com isso, um quadro superior de alfabetização feminina. Rasteando estudos genealógicos desenvolvidos por João Gil, (2003: 40), percebe-se que uma das famílias locais mais importantes, os Silva Henriques, teve na direcção uma mulher - Maria Benedita d'Assumpção Bernardes (proprietária da Casa Grande da Lobagueira), o início de uma geração de indivíduos letrados e influentes na paróquia.

A **da Ericeira**, com baixa extensão geográfica e uma realidade sócio-cultural distinta, impregnada de urbanidade e de dinâmicas sociais ligadas à vida marítima, que a caracteriza de forma muito particular.

E, finalmente, a quarta Freguesia, **Santo Estêvão das Galés**, extremada a Sul, com características rurais, onde emergiu um grande grupo de seareiros. Plasmada por uma orografia adversa, os montes que a circundam isolam-na naturalmente das restantes Paróquias circunvizinhas. A sua abertura e relação com as instâncias centrais comprometem-se, resultando uma vida social muito característica, onde se destaca a ocupação laboral infantil e a forma de estar, de idealizar a escola e a Instrução Pública.

Reveladas as Freguesias para o desenvolvimento do estudo de caso, procedemos à sua (re)constituição diacrónica.

Dois planos distintos emergem: o primeiro com a rede escolar, em que se sublinha o estudo da escolarização, decorrente de dois momentos administrativos – o designado primeiro período estatístico (referente à Reforma emanada no ano de 1844, por António Bernardo da Costa Cabral) que se prolonga no tempo, por vinte e três anos, e o segundo, marcado pela Reforma de António Rodrigues Sampaio, em 1878 e implementada, no ano de 1881.

Um segundo plano refere a dimensão pedagógica, de regulação (horários, condições de materialidade das escolas e manuais escolares), a apropriação dos alunos e destinos profissionais. O professorado assumiu uma posição de charneira, porquanto a escola era o professor e/ ou o professor fazia a escola; assim, apela-se às práticas pedagógicas, à formação e ao recurso de manuais escolares.

Importa, ainda, considerar que a escola se torna uma instância de modernidade, formando a criança. Transformando-a num ser civilizado, disciplinado, que serve uma Pátria, que lhe dá direitos e lhe exige deveres enquanto cidadão de um território delimitado por fronteiras. Confere-se uma nacionalidade, que tem em comum a língua e que, institucionalmente, se organiza entre os três poderes constituintes: o poder legislativo, moderador e constitucional (parlamentar) que deverão servir interesses colectivos - os da Nação.<sup>3</sup>

Associado às questões de cidadania e civilidade, a escola deveria, ainda, formar um homem religioso, um ser temente de Deus. As figuras representativas da Nação patenteiam-se na Escola - o busto ou a imagem do seu representante, o rei - e um crucifixo, que sustenta um crente, que se organiza numa sociedade marcada pela divisão social que se repartia pelos «superiores, os iguais e os inferiores».

O Estado necessita de regular o cidadão desde tenra idade; por isso, emergem as leis da obrigatoriedade de frequência escolar. A infância já se encontra bem definida, pelo contributo das ciências médicas e pela Psicologia Experimental. A criança, entre os seis

e os sete anos, com limite entre os doze e os catorze anos, deverá frequentar a escola. Para além de aprender as primeiras letras, é também educada nas regras de civilidade, inerentes à moral e ao dever, intimamente ligado ao plano religioso.

As noções de higiene surgem nesta fase, em coerência com o comportamento de um ser civilizado. A vacinação e a higienização do espaço escolar levam a que os *mal asseados* não possam entrar na sala de aula sem se apresentarem adequados.<sup>4</sup>

Os exercícios ginásticos são também incluídos no desenvolvimento pedagógico, pelo que, em 1883, na Escola Real de Mafra, por exemplo, se aprontava um ginásio para o efeito da aplicação dos programas de instrução e, dos profícuos resultados para a saúde e robustez dos alunos.<sup>5</sup>

O professor assume a regulação de um tempo que, em momentos diferentes,<sup>6</sup> gere o horário das lides escolares e a sua vertente social. O recurso ao decuriato, a imitação aos melhores, distribuição de prémios, o quadro de honra, os castigos de vergonha e a atribuição de maus pontos para os desviantes espelham uma sociedade em mutação e (re)construção, que a escola assume e, simultaneamente, transforma.

Instruir, moralizar e evangelizar, noções de civilidade e de higiene apelam à formação, ao conceito de educação que se alia ao de instrução, representados na escola pela vontade das populações locais influentes.

Que construções sociais emergem em torno da escola?

O ensino tomava uma feição de utilidade prática, cativando as populações para a via da especialização profissional e aperfeiçoamento de conhecimentos ligados a certas profissões: carpinteiros, oleiros, calceteiros, padeiros, moleiros, pequenos lojistas, caseiros, sapateiros, alfaiates, barbeiros, odreiros, ferreiros, ferradores, fogueteiros, banheiros, mestres de rasca e pescadores reconhecem a necessidade da cultura escrita. Apontadores, contratadores, lavradores, fazendeiros, proprietários (negociantes), necessitam de um conhecimento especializado, para o tratamento das diferentes espécies de gado, formas de agricultura, vinha e combate às pragas (como o *oidium tuckeri* que grassou no Concelho no ano de 1866). Nas feiras (da Malveira), necessitam, sobretudo, da leitura e contagens, pesos e medidas e de uma capacidade para negociar, correndo o risco de serem enganados e de ruína se não dominarem a cultura escrita.

O mesmo para aquele que faz e vende a manteiga, que necessita de saber pesar, medir, contar e de rudimentos de escrita, e aqueloutro que vende o produto do seu trabalho, deslocando-se a grandes distâncias (à urbe lisboeta), para vender as frutas ou produtos hortícolas.

Os funcionários da administração e das propriedades reais (administradores, almoxarifes, vereadores, escrivães, almotacéis), militares, médicos, farmacêuticos, capitães de navio e professores constituem camadas sociais que se diferenciam de todos os trabalhadores que servem no Palácio Real: criados de servir, moços do palácio, varredores, cocheiros, carreiros, guardas ou vigilantes, porteiros, serventes e auxiliares da caça real necessitam de bases de cultura escrita para desenvolver com alguma competência as tarefas que se relacionam com o serviço da corte e da família real. Muitos meninos, após terem apreendido rudimentos de leitura, escrita e contagem, tiveram o destino de criado de servir, em Lisboa, no domicílio de famílias abastadas que viviam a maior parte do tempo na grande metrópole.

O comércio necessita de técnicos preparados para a escrituração e contabilidade. Estes, regra geral, têm como destino a cidade de Lisboa. O mesmo para o telégrafo que se firma em novos códigos de comunicação – a taquigrafia e a telegrafia -, advindo uma sensibilização na Escola Real e, finalmente, o avanço da via férrea - o comboio - aporta outros fiscais que também necessitam da cultura escrita. Os serviços de alfândega, fiéis de armazéns, de igual modo não diferem da anterior, assomando uma classe alfabetizada. Por metade do século XIX, coincidente com a cultura da vinha, de forte implementação no Concelho, despontam os taberneiros, que ganham o sustento nas lojas de venda do vinho, regra geral são também alfabetizados.

Os meninos mais inteligentes, órfãos e/ ou oriundos de famílias de trabalhadores rurais pobres eram cooptados pela mercê régia com o intuito de seguirem o Magistério Primário, outros, a escola industrial e rural, e uma ínfima parte os Estudos Superiores. Alguns, oriundos do Norte do País, seguiram destinos militares ou medicina. Diferente sorte tiveram outros órfãos, expostos, filhos de trabalhadores rurais ou de pescadores pobres e alguns deficientes, que constituíam um subgrupo de alunos, que iniciavam o espaço escolar sem sucesso e elevados índices de abstenção. Para alguns, as aprendizagens não chegam à apreensão de uma sílaba ou de uma letra rudimentar e, muito a custo, outros atingem uma leitura silabada e uma escrita muitíssimo elementar. Às crianças órfãs ou expostas esperava-as o destino dos trabalhos do campo, sobre a tutela de um proprietário rural nas diferentes Freguesias do Concelho.

O ensino das meninas toma a forma pública a partir dos anos cinquenta do século XIX. Inicialmente, nas duas Freguesias mais importantes - a de Mafra e a da Ericeira – e, nas três décadas seguintes, estendia-se praticamente às restantes.

Regra geral, pelas precárias condições económicas, recorria-se à casa de escola já existente que servia o sexo masculino, praticando-se o ensino misto em grande parte das Paróquias. Embora funcionando em turnos distintos, as populações não aceitavam de bom grado esta forma de ensino. As Freguesias que dispunham de maior poder económico (grandes proprietários rurais), com o apoio das «irmandades locais», suportavam a escola, sendo os chefes de família a pagar ao mestre, ou à mestra, o ensino das meninas.

As escolas particulares assumiram um papel preponderante no ensino das crianças do sexo feminino, quer pela preferência dos chefes de família, quer pela falta de escolas públicas. Estas foram pioneiras e antecedentes ao ensino público, dando resposta à demanda das primeiras letras por parte das populações locais.

Entre o “público” e o “privado”, remarca-se a gestão administrativa então praticada e o sentido actual de “escola pública”.

Manteve-se uma tradição antiga que vinha sendo prática: o mestre de Primeiras Letras assegurava um espaço e as alfaias do ensino, as famílias seleccionavam e remuneravam-no. A partir do terceiro quartel, da centúria de setecentos, o tesouro público assegura o grosso do vencimento do professor e o Município, a Paróquia ou a Irmandade local o restante vencimento, estabelecido pela norma legisladora. Percebe-se que estas condições se mantiveram por largos anos, corroboradas pela Lei, alterando-se definitivamente pela Portaria de 1877, que circulava em ofício redigido pelos Governadores Civis e, destes, para os Administradores nos Municípios e, daí, para as Paróquias. O ensino público assumia-se, desta forma, na verdadeira acepção, criando rupturas no funcionamento escolar e no movimento de escolarização das crianças. Posteriormente, verifica-se a existência de uma rede escolar pública, colaborando para tal os elementos da administração local - as Câmaras, as Paróquias e as Irmandades locais.

Entre os anos cinquenta e oitenta do século XIX, a procura das Primeiras Letras torna-se cada vez mais intensa, transparecendo uma oferta escolar ineficiente.

A escolaridade torna-se precoce, porquanto, por volta dos oito anos, as crianças já oferecem uma maturação suficiente para ajudar na guarda do gado ou na lavoura e nos negócios familiares. Não foi no abstracto que no ano de 1896 se legislaram as escolas infantis. Até aos anos oitenta, a Escola Primária tem o papel de educar e instruir as crianças, em idade precoce, das famílias que não tinham onde as deixar quando iam trabalhar. A partir de um tempo em que a procura escolar se torna cada vez mais

intensa, as crianças de três e de quatro anos deixam de podê-la frequentar, pela falta de condições de lotação da sala de aula. Apenas algumas de cinco e as de seis e sete anos passariam a ter acesso à escola. Independente do carácter de obrigatoriedade de frequência que a Lei preconizava, as populações cada vez mais aderiam ao Ensino Primário, mercê da crença de sua utilidade prática. Restavam, ainda, algumas franjas rurais que desconheciam a utilidade do ensino, sobretudo nas localidades distantes dos núcleos urbanizados das Vilas. É frequente assistir-se à falta de adesão da população quando se instaura uma escola em determinadas zonas rurais e isoladas. Posteriormente, na década seguinte, verificava-se a maior adesão e o hábito - já impregnado - de mandar os filhos à escola.

Em algumas Freguesias são os professores os mais atentos à frequência escolar da criança: queixam-se, amiúde, dos delegados paroquiais por não darem cumprimento à Lei, através do recurso à coacção em multas pecuniárias. Noutras Paróquias, as mais urbanas ou em que a demanda da escolaridade era intensa, apelavam à Junta Escolar a fim de se inteirarem de quais as crianças que deviam preterir à matrícula.

A escola não tem capacidade para dar resposta a todas as crianças que a procuram. Neste drama, emerge uma população que postula o ensino das Primeiras Letras, confirmando uma escassa rede de escolas, desproporcionada à procura instalada nas localidades. Decorrem outras formas alternativas ao ensino público: crianças que são alfabetizadas pelo lojista local, ou pelo taberneiro, o ensino organizado em pequenos grupos, regra geral, no domicílio, o recurso à escola de outra Freguesia mais próxima da residência, ao pároco da localidade, a professores itinerantes ou a «senhora letrada» que se dispunha a ministrar o A, B, C, do ensino. As escolas particulares disseminam-se, por contraponto, à ineficácia de cobertura da rede escolar.

Chegados ao limiar de novecentos, as estatísticas revelam um quadro de alfabetizados que rondava 21 % da população do Concelho, colocando reservas quanto às percentagens apuradas.

Não será o caso de muitas pessoas declaradas analfabetas por um recenseador mais exigente, ou porque o pároco local, que, nos actos do baptizado ou do casamento, só deixava assinar os padrinhos da escala máxima de literacia?

Tentar perceber por que se manteve este nível de alfabetizados, e que ele valeu o que valeu, para a estatística, não para o quotidiano das populações locais que já tinham entendido e sentido a necessidade da cultura escrita, foi umas das nossas tarefas; também tentar perceber diferenças na estatística, entre percentagens, ou número total de

indivíduos que liam. Atenda-se às variações patentes nas Freguesias, tornando-se concludente que há comutação nas posições cimeiras quando comparados, no tempo, os dados sobre alfabetização no Concelho.

Tentámos reconstituir uma época do ensino, acrescentando uma pequena ideia ou informação, porquanto assim se (re)constrói a História da Escola.

Que caminhos na escolarização foram trilhados, por quem foram percorridos, de que forma os transpuseram, ou para que foram transpostos?

São estas as questões centrais que nos levaram ao objecto de estudo: **estudos de caso** sobre a escola e a vida escolar, desde a sua génese até ao limiar do século XX, no Município de Mafra.

<sup>1</sup> O autor cita os seguintes investigadores: J. Sousa Mendes (art. de 1951); Luís Albuquerque (1978); Joel Serrão (1959); Victorino Magalhães Godinho (1955); Joaquim Ferreira Gomes, Rogério Fernandes e Rui Grácio (1988), etc. Acresce-se, os estudos de Rui Ramos (1988), Magalhães (2001) e tantos outros autores, que citaremos ao longo do trabalho.

<sup>2</sup> Censos da População do Reino (1900), Reforma Jurídico-Administrativa (1855), Legislação Oficial Portuguesa-Reformas de Ensino – 1772 – 1896 (Alvarás, Editais, Cartas de Lei, Portarias, Ofícios Circulares, etc.) e Imprensa Local (1866).

**Arquivo Histórico Municipal de Mafra:** Livro de Actas da Vereação Camarária – 1800-1890, Livro de Eleitores e Elegíveis (1856-1890), Livro de Manifestos (vários - 1790-1884), Livro de Receitas (vários - impostos directos no Concelho -1870-1886); Arquivo da Instrução Primária Elementar 1849 – 1900 – Várias Caixas: 1º Período Estatístico: Mapas Estatísticos de Instrução Primária (1849-1879) e Mapas de Matrícula e Frequência de Alunos (1860-1879); Quesitos às Escolas para a Inspeção (1860-63); Ofício Circ. de 30-10 de 1880 - Correspondência Oficial entre Professorado e Administrador do Concelho - (expedida e recebida - 1851-1900) – várias escolas do Concelho; 2º Período Estatístico: Livro de Recenseamentos das Crianças (1881-1900), Mapa Provisório da Rede Escolar (1882-83), Boletins e Folhas dos Professores (1892-1896); Livro de Actas da Junta Escolar de Mafra (1881-1892); Livro Copiador de Ofícios da Correspondência Oficial, Livros (3) de Termos de Exame no Concelho, Comissão Inspectoral (1); Processo de Criação de Escolas no Concelho de Mafra – várias freguesias (Escola Conde de Ferreira de Mafra); Livro de Matrículas de Alunos Escola Real de Mafra (2) – (1856-1893), Mapas Estatísticos de Frequência de alunos.

**Arquivo Nacional Torre do Tombo** – Processo de Provimento de Professores – Séc. XVIII – XIX (Maços de Instrução números: 3483, 4307, 4383,4384, 4387 e 4388)

**Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra** - Estatutos do Real Colégio de Mafra, Fazenda da Casa Real de Mafra - Livro de Despesas com a Escola Real de Mafra (1867-84), Correspondência Oficial da Escola Real de Mafra (1867-1903).

<sup>3</sup> Varela, Julia & Alvarez Uria, Fernando, “La Escuela Obrigatoria, Espacio de Civilización del Niño Obrero” in *Arqueología de La Escuela*, Madrid, Las Ediciones de la Piqueta, 1991, pp. 175-208.

<sup>4</sup> No Livro 1º – *Matrículas da Escola Real* (1856) registava-se a vacinação de meninos com idades compreendidas entre 5 e 14 anos, posterior à matrícula n.º 373, coincidente com data de 03-11-1869. Por falta de outras referências, desconhece-se que tipo de vacinação inoculada, mas referenciam-se as informações: «**Jenner**, Edward. Médico britânico (Berkeley, Gloucestershire 17. 5. 1749-Berkeley 26. 1. 1823). **Estabeleceu as bases da vacinação contra a varíola**. Em 1796 vacinou pela primeira vez uma criança com linfa variolica de uma vaca (vacina) e publicou em 1798 o novo processo de vacinação.» (A.A.V.V. *Moderna Enciclopédia Universal*, Amadora, Círculo de Leitores, 1994, p. 81).

<sup>5</sup> B.P.N.M. – *Maço de Papéis Diversos* – Ofício avulso (7-10-1881); Orçamento de Despesa a fazer com um pequeno ginásio, s/ data; Recibo/Factura da despesa com o ginásio da Escola Real, 6-10-1883.

<sup>6</sup> Um relógio está presente na parede ou na secretária dos professores (ver quadros de inventário de material das escolas, pp. 197, 219, 286 e 333).